



ORDEM DOS
ARQUITECTOS

20 ANOS

1998 · 2018

15º

CONGRESSO DOS ARQUITECTOS

O PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO
E PAISAGÍSTICO

CONCLUSÕES

MESAS SECTORIAIS,
HOMENAGEM,
DISCURSOS

organização



ORDEM DOS
ARQUITECTOS

parceiro



Lagoa do
ALENTEJO

patrocinadores principais

ageas
seguros



AMORIM
ISOLAMENTOS



FLUIDRA

ÍNDICE

- 4 1. Sessões sectoriais**
- 4 Subtema 1: Ordenamento e Valorização do Território**
Mesa: Luís Jorge Bruno Soares (presidente), Pedro Trindade Ferreira (secretário) e Sílvia Barros (relatora)
- 5 Subtema 2: Reabilitação do Património Arquitectónico e Paisagístico**
Mesa: Victor Mestre (presidente), Sofia Aleixo (secretária) e Florindo Marques (relator)
- 6 Subtema 3: Prática Profissional dos Arquitectos**
Mesa: Teresa Novais (presidente), André Fernandes (secretário) e Miguel Amado (relator)
- 8 2. Homenagem a dois arquitectos presentes no 15.º Congresso**
- 10 3. Discurso de encerramento do Presidente do Conselho Directivo Nacional**



SESSÕES SECTORIAIS

SESSÕES SECTORIAIS

Subtema 1: Ordenamento e Valorização do Território

Mesa: Luís Jorge Bruno Soares (presidente), Pedro Trindade Ferreira (secretário) e Sílvia Barros (relatora)

A sessão sectorial contou com quatro apresentações, subordinadas aos seguintes temas:

“Reabilitação do património arquitectónico vernacular como estratégia de desenvolvimento das áreas de baixa densidade”, pela arquitecta Raquel Boto, na qual foram desenvolvidas as seguintes temáticas:

- Os fenómenos de desertificação do interior, a disponibilidade de património vernacular para reabilitação e as políticas e medidas a adotar;
- Da possível criação de uma rede de turismo sustentável, nomeadamente como alternativa ao turismo massificado;
- Reabilitação do património vernacular com recurso a materiais autóctones, técnicas tradicionais e boas práticas construtivas;

“Território, Arquitectura e Comunidade: Qual o papel do arquitecto na nova Agenda Urbana Mundial?”, pela arquitecta Lucinda Caetano, na qual foram desenvolvidas as seguintes temáticas:

- O “Direito à Cidade”;
- Participação pública: fatores para o enfraquecimento dos níveis de participação e exclusão dos processos

de realização de planos e políticas urbanísticas;

- O papel do arquitecto urbanista como profissão liberal, na administração pública, na academia e nos coletivos (urbanismo tático), mais ativo e empenhado socialmente.

“A cidade como fronteira do pensamento de Nuno Portas”, pelo arquitecto Humberto Kzure-Cerquera, na qual foram desenvolvidas as seguintes temáticas:

- Produção da cidade: sentido social da profissão e recursos técnicos específicos;
- A cidade “impregnada de valores” e como “sistema de representações: o sentido material (sócio-cultural/económico/ambiental) e imaterial (identidade e memória);
- A urbe como produtora de identificações, alianças e conflitos;

“Participação do PNPOT – Por um território inclusivo”, pelo arquitecto Tomás Reis, na qual foram desenvolvidas as seguintes temáticas:

- Articulação do PNPOT à escala ibérica e global;
- A conectividade e a mobilidade na estruturação do sistema urbano;
- Fenómenos de alteração climática e evolução tecnológica aplicada à governança.

Os resumos das intervenções corresponderam ao descrito no Programa de Trabalho do 15º Congresso.

No final das apresentações, foram realizadas seis intervenções acerca dos temas apresentados e outros temas, também retomados na Mesa Redonda.

Mesa-redonda

A mesa redonda com o tema “O arquitecto como urbanista” foi moderada pela arquitecta Ana Roxo e foi constituída pelo arquitectos Pedro George (OA 1569), Eduardo Campelo (OA 1545) e Jorge Gonçalves (Geógrafo). Contou com a presença de 41 participantes e teve 8 intervenções.

A sessão tinha como enfoque dois pontos:

1) A especificidade da atividade dos arquitectos urbanistas;

2) A formação dos arquitectos especializados em urbanismo.

No debate foram relevadas as seguintes questões:

- O Urbanismo como atividade específica, técnicas próprias, com um corpo teórico específico, historicamente constituído e em evolução permanente, e com instrumentos de intervenção diferenciados dos da arquitectura;
- A distinção entre projeto, cujo referente é um modelo fixo a executar, e plano, que constitui um modelo mais aberto à execução e monitorização, menos rígido, mais adaptável e reativo;
- A exigência de uma capacidade de síntese específica, não apenas restrita às diferentes especialidades envolvidas no projeto mas alargada aos contributos de outras análises (ciências sociais, economia, ambiente, etc.)

- A visão prospetiva e a intervenção a várias escalas do território, como capacidade diferenciadora do arquitecto urbanista, a qual lhe permite a coordenação e de condução de equipas multidisciplinares;

- O arquitecto urbanista e os seus contributos específicos ao nível do planeamento urbano, gestão urbanística e licenciamento urbanístico (administração pública).

- O potencial conflito político-técnico, ou seja, entre o trabalho e linha orientadora do urbanista perante o poder político e respetiva linha de orientação;

- A questão da preparação dos arquitectos para um novo paradigma num contexto de contração e de implosão da cidade, de declínio demográfico e de novos fluxos migratórios.

- A valorização da participação pública é consensual, mas existe a necessidade dessa participação ser repensada e estruturada;

- A questão das autorias e/ou coautorias dos planos.

- A questão da crescente complexidade da relação dos arquitectos com os planos (burocracia, difícil interpretação)

- A progressiva degradação nos últimos anos e a insipiência na formação de arquitectos com especialização em urbanismo como fator de enfraquecimento da própria atividade.

SESSÕES SECTORIAIS

Subtema 2: Reabilitação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Mesa: Victor Mestre (presidente), Sofia Aleixo (secretária) e Florindo Marques (relator)

Intervenções de: Ricardo Rosa, José Maria Lobo Carvalho, José Baganha e António Menéres.

Dois focos se destacaram das intervenções uma relativa a tipo de acções directas, partindo do projecto e obra, ou intervenções mais informais sobre o património tradicional, com resultados distintos, ainda que o ênfase tenha sido comum: as pessoas. Outro grupo de intervenções relacionou-se com a formação do arquitecto no âmbito da aquisição de conhecimentos via mestrado integrado, portanto generalista, sendo comum à maioria dos cursos o ênfase na obra nova.

Considerou-se que as questões do património são abordadas superficialmente nas disciplinas de História, estando portanto ausentes na unidade curricular de Projecto. Observou-se que os programas curriculares dos mestrados integrados em arquitectura não contemplam a área específica de conservação, restauro e reabilitação, ou seja, a intervenção em edifícios com valor patrimonial.

Este tema só é considerado em unidades curriculares no terceiro ciclo de formação académica, em cursos de pós-graduação, mestrados e doutoramentos, lecionados em universidades e politécnicos que habilitam os discentes a um determinado grau académico que confere uma especialização.

A Ordem dos Arquitectos por sua vez ao constituir colégios de especialidades concentra atenções no âmbito da discussão científico-cultural associada a casos práticos paradigmáticos de modo a divulgar o conhecimento gerado, contribuindo desta forma para a formação dos seus associados.

Em nenhuma destas acções se atribui qualquer grau académico, pois o mesmo é da estrita responsabilidade das Academias, e das entidades estatais reguladoras.

As apresentações geraram na audiência algumas intervenções no âmbito da formação do arquitecto (Mestrado Integrado) sendo sugerida como necessária a introdução de unidades curriculares no âmbito do projecto de reabilitação do património, sob pena dos estudantes terminarem a sua formação sem conhecimentos base que os habilitem a projectar intervenções em património.

Por outro lado registou-se posição antagónica, sustentada de que a preparação/formação dos arquitectos "generalistas", supostamente tem por base uma metodologia, uma pedagogia que ensina o aluno a pensar, apetrechando-o no plano técnico, científico e cultural de modo a saber o indispensável para actuar com rigor e cultura em qualquer situação a que seja solicitado.

A linha de separação destas duas posições é clara. Aparentemente apresentam o mesmo desígnio, ou seja, implementar uma adequada acção sobre as intervenções em património sendo que uma apela à especificidade como instrumento diferenciador, enquanto que a outra entende que as qualidades formativas genéricas individuais, associadas às qualidades culturais abstratas, são igualmente adequadas nos actos de projectar e intervir em património.

SESSÕES SECTORIAIS

Subtema 3: Prática Profissional dos Arquitectos

Mesa: Teresa Novais (presidente), André Fernandes (secretário) e Miguel Amado (relator)

Mesa-redonda/debate promovido pelo Colégio de Gestão, Direcção e Fiscalização de Obras

Estiveram presentes 26 membros.

O COB fez uma apresentação do tema: O Arquitecto em Obra

Questões tratadas:

- Desvalorização do papel do Arquitecto em obra e a sua substituição por outros técnicos menos qualificados.
- A importância de a Ordem aumentar a comunicação das mais valias da profissão e na divulgação das competências dos atos próprios e dos partilhados.
- Identificou-se que não é reconhecida a capacidade de o Arquitecto intervir em todo o ciclo de vida do edifício.

Seguiram-se intervenções da plateia onde se destacaram as questões:

- O modo como se desenvolve o processo de certificação profissional na Ordem para os atos partilhados.
- Que existem novas áreas de intervenção no mercado que proporcionam novos campos de acção para os Arquitectos.

Conclusões a apresentar ao Congresso

1 – A mesa propõe que a Ordem desenvolva acções que tornem evidente o valor acrescentado da sua intervenção na sociedade pelo carácter distintivo da formação de arquitecto.

2 – A mesa propõe que a Ordem garanta uma maior divulgação das actividades do Colégio de Gestão, Direcção e Fiscalização de Obras com o intuito de defender e valorizar os Arquitectos nos atos partilhados da profissão.

3 – A mesa propõe que a Ordem dê início a um debate para o alargamento da formação e certificação profissional para capacitar a Ordem na defesa da actividade de Arquitecto.

Mesa-redonda/Debate Transversal – Arquitectos e Arquitectos-Paisagistas. Uma Ordem, duas profissões?

Estiveram presentes 82 membros.

Foi desenvolvido um debate com a participação de Jorge Cancela, Miguel Reimão Costa, Paula Simões e Rui Florentino

Questões tratadas:

- Arquitectos e Arquitectos-Paisagistas. Uma Ordem, duas profissões?

Síntese das posições dos oradores:

- Discutir o tema abordando o que nos une e o que nos afasta.
- São duas profissões complementares onde a paisagem também é arquitectura.

- Um tema que deve ser entendido como uma abertura do debate entre as duas profissões.

Seguiram-se intervenções da plateia onde se destacaram as questões:

- Concordância com a integração dos Arquitectos-Paisagistas pois ambas as profissões defendem um base de formação cultural, pelo que é importante discutir o tema.
- A formação das duas profissões tem em comum a cultura e que juntas tem maior representatividade pela complementaridade profissional.
- Não seria necessário discutir o tema pois é impossível dissociar o Arquitecto, do Arquitecto-Paisagista, do Arquitecto Urbanista, porque o que existe é apenas um Arquitecto generalista.

Conclusões a apresentar ao Congresso

1 – A diversidade de opiniões e reduzida informação dos membros sobre o tema, evidencia que a discussão é desejável.

A mesa propõe que a Ordem desenvolva acções para que ocorra um amplo debate sobre o tema “Arquitectos e Arquitectos-Paisagistas. Uma Ordem, duas profissões?”.

Comunicações

Estiveram presentes 90 membros

Foram apresentadas comunicações relativas a: Arquitectura Sustentável; Educação em Arquitectura, Para um reconhecimento da Prática Profissional; A Ordem Mais Próxima de Todos os Arquitectos; O caminho da valorização

profissional e EPBD 2018: Riscos e oportunidades

Síntese das posições dos oradores:

- Preocupação em duas das intervenções sobre Desenvolvimento Sustentável, com relevo para a questão da eficiência energética. As comunicações solicitam um maior contributo do papel dos Arquitectos na sua prática profissional no tratamento do problema energético e bem como uma atitude crítica por parte da Ordem sobre o actual quadro legislativo.
- Uma comunicação alerta a Ordem para a necessidade de reflectir a temática da Arquitectura e da Paisagem ao nível dos curricula dos primeiros níveis de ensino básico e secundário, como meio eficaz para dignificar a Arquitectura e dignificar da profissão.
- Outra comunicação que defende uma Ordem mais próxima de todos os Arquitectos e Reguladora da profissão.
- Uma outra comunicação regista que é competência da Ordem qualificar, promover e defender a profissão, sendo sua obrigação estatutária garantir estes direitos à totalidade dos seus membros, em particular os 40% que não vivem nas áreas metropolitanas.

2

HOMENAGEM

HOMENAGEM A DOIS ARQUITECTOS PRESENTES NO 15.º CONGRESSO

Sexta-feira, 26 de Outubro de 2018, Sessão Sectorial (Subtema 2)

Considerando que à defesa e valorização do património é conferida relevância no Estatuto da Ordem dos Arquitectos — reiterada no tema deste 15.º Congresso — propõe-se que, em plenário, seja publicamente reconhecido o papel pioneiro, ímpar e constante que, nesta matéria, o Arquitecto António Menéres — ao longo da sua carreira académica e profissional — sempre manteve como compromisso ético e disciplinar.

Jorge da Costa (OA 2919)

Sábado, 27 de Outubro de 2018, Sessão Plenária

O propósito da minha intervenção tem por objectivo apresentar dois senadores da Arquitectura Portuguesa, ambos arquitectos honorários da Ordem dos Arquitectos, presentes neste Congresso, respectivamente: **António Menéres** e **Bartolomeu Costa Cabral**.

O relevante contributo de ambos para a cultura arquitectónica portuguesa, cujo ímpeto permanece na actualidade, está na origem neste voto de louvor.

Neles se consolidou uma inequívoca consciência de classe na tradição do que Lixa Filgueiras designou por “função social do Arquitecto”.

António Menéres ciclicamente renova as

míticas exposições sobre Arquitectura Popular, sempre em actualização, de que resulta um fabuloso banco de imagens do inquerito dos anos 50 à actualidade, revelando o seu atento e crítico olhar sobre a cultura portuguesa. No seu longo percurso de arquitecto teve também lugar o ensino, em Portugal e no Brasil, de que ficaram memoráveis aulas, e resultaram experiências que generosamente partilha.

Bartolomeu Costa Cabral cedo consolidou a sua formação de arquitecto prosseguindo estudos no Centre Scientifique et Technique du Bâtiment em Paris, no ano de 1962, seguindo-se em 1965 estudos no Grater London Council, e finalmente o estágio no LNEC, em 1967, a vanguarda da investigação científica em Portugal. Na sua obra de Arquitecto destaca-se a parceria com Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, entre 1958-1962 seguindo-se uma obra de grande coerência estética e social por tudo o País.

Victor Mestre (1700)

3

DISCURSO

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Senhor Primeiro-Ministro, os arquitectos portugueses querem desempenhar um papel na qualificação do bem público que é o património paisagístico e o património arquitectónico do nosso país.

Precisamos de ter condições para o fazer. Todos sabemos do reconhecimento que os arquitectos portugueses gozam internacionalmente, mas muitas das condições em que trabalhamos estão longe de reflectir a dignidade que tem de estar na base da prática desta profissão.

Senhora Secretária de Estado da Habitação, Ex.ma colega, arquitecta Ana Pinho, precisamos urgentemente que se dê início à elaboração de um Código da Construção, ou da Edificação como preferimos designá-lo. Um código de onde seja possível limpar as muitas contradições e incompatibilidades existentes na imensa quantidade de legislação com que somos confrontados.

Todos sentimos no nosso trabalho diário a necessidade de melhorar, otimizar e simplificar administrativamente procedimentos e normativas regulamentares.

Já lhe manifestámos pessoalmente a nossa total disponibilidade para colaborar nesse processo, mas sabemos bem que tal tarefa, reunindo os mais variados organismos, apenas poderá ser realizada sob coordenação do governo.

Defendemos insistentemente, desde há muito, a necessidade de os concursos de projectos como modo privilegiado para a

encomenda pública. Mas concursos onde o critério principal seja a qualidade, e não apenas o melhor preço.

E insistimos porque estamos certos que as ideias menos boas ainda que mais baratas vão, pela sua falta de qualidade a muito curto prazo revelar-se bem mais dispendiosas.

Uma qualidade do edificado que defendemos seja representativo de uma cultura da construção.

Representativo da qualidade e uma demonstração de inteligência.

Um edificado sustentável, representativo de uma economia que se pretende circular e inclusiva.

Sabemos também dos problemas dos mais jovens no acesso à profissão e de muitos dos constrangimentos com que se debatem, desde logo a nível dos estágios. Constrangimentos esses que muito deles não podem ser resolvidos por simples vontade legislativa, e cujas regras sabemos não serem muitas vezes cumpridas pelo próprio estado e autarquias.

Consideramos que, para tal, é fundamental o papel da educação e do desenvolvimento cultural, como forma de desenvolver uma cultura onde o papel do arquitecto na melhoria das condições de vida da sociedade seja claramente entendido e assumido.

Um papel que deve ser aceite mais do que imposto.

Enquanto responsáveis pela criação dos espaços onde vivemos, sabemos bem da importância social do papel do arquitecto na construção da sociedade, mas numa época marcada pela tendência para uma desregulamentação selvagem das profissões o nosso trabalho em conjunto com os outros profissionais, e a necessidade do aprofundamento dos conhecimentos de cada um conduz por vezes a uma diluição de responsabilidades que seguramente não beneficia o nosso objectivo de qualificação do bem público.

Não queremos ser parte de um qualquer 'retrocesso civilizacional' como o Senhor Primeiro-Ministro já referiu. Somos parte da solução, para a valorização do território que está inscrita no programa do seu Governo.

Esperamos agora um compromisso de todo o seu Governo.

Uma solução onde o Património Arquitectónico e Paisagístico assumem um papel determinante no registo das nossas memórias colectivas.

Um Património de onde muitas vezes esquecemos a história mais recente da muito ameaçada Arquitectura Moderna.

Uma Arquitectura para a qual reivindicamos uma atenção que iremos trazer ao debate alargado com as estruturas autárquicas.

Tivemos neste Congresso um número de mais de 300 participantes, bastante superior ao dos últimos Congressos realizados, o que é bem demonstrativo das possibilidades

de uma efectiva descentralização que é urgente que seja reflectida também nas nossas estruturas organizativas.

Fizemo-lo num edifício cuja qualidade da arquitectura foi também determinante para o modo quase perfeito como tudo decorreu.

Resta-me agradecer ao Algarve, ao Município de Lagoa, aos membros da Ordem dos Arquitectos e a toda a organização por ter tornado possível este magnífico e certamente memorável Congresso.

Senhor Primeiro-Ministro, depois de todos os debates que tivemos ao longo destes dias, estou também certo de exprimir a vontade de todos os meus colegas ao agradecer-lhe o facto de nos ter dado mais uma hora para descansarmos esta noite!

Mesa do Congresso

(Mesa da Assembleia Geral)

Alexandre Burmester (presidente)

Daniel Couto (vice-presidente)

José Maria Assis e Santos (vice-presidente)

Inês Cortesão (secretária)

Paulo Rodrigo (secretário)

Mesas sectoriais

Subtema 1

Luís Jorge Bruno Soares (presidente),

Pedro Trindade Ferreira (secretário) e

Sílvia Barros (relator)

Subtema 2

Victor Mestre (presidente), Sofia Aleixo

(secretário) e Florindo Marques (relator)

Subtema 3

Teresa Novais (presidente), André Fernandes

(secretário) e Miguel Amado (relator)

Comissão Organizadora

Rui Florentino (presidente)

Ana Paula Baptista

Tiago Oliveira

Comissão Executiva

César Costa (presidente)

Ana Paula Mendes

Luís Brito Matos

Pedro Hébil

Vítor Lourenço

2018 
ANO EUROPEU
DO PATRIMÓNIO
CULTURAL
#EuropeForCulture


ORDEM DOS
ARQUITECTOS

20 ANOS
1998 · 2018

15º

CONGRESSO DOS ARQUITECTOS

O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

organização



parceiro



patrocinadores principais

ageas
seguros



 Gyptec
IBÉRICA

FLUIDRA